

Ana Quadros Gomes
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Línguas indígenas brasileiras: O novo campo de provas dos universais linguísticos

ABSTRACT: The aim of this paper is to point out the new centrality of Brazilian Languages. Formal studies of Indigenous Languages are moving forward linguistic theories. The insertion of those languages in universal models is changing the view of natural languages. Three Brazilian cases stand out: (i) Pirahã, which is the star of a debate about recursivity; (ii) Karajá, which has been the subject of sophisticated psycholinguistic experiments; and (iii) Karitiana, which has received semantics analysis, the ultimate level of grammar analysis a language may receive.

KEYWORDS: Natural Language Grammar; Indigenous Languages; Linguistic Universals; Semantics.

RESUMO: O objetivo deste artigo é apontar a centralidade que as línguas indígenas brasileiras estão alcançando. O estudo científico das línguas indígenas está impulsionando a linguística teórica. A integração dessas línguas aos modelos universais tem levado a revisões nas teorias sobre as línguas naturais. No Brasil, três casos sobressaem: Pirahã, pelo debate sobre a recursividade; Karajá, por ser alvo de sofisticados experimentos psicolinguísticos; e Karitiana, por ter chegado à análise semântica, o último nível de análise gramatical que se pode obter.

PALAVRAS-CHAVE: A gramática das línguas naturais; Línguas indígenas; Universais linguísticos; Semântica.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é registrar a boa receptividade das línguas indígenas brasileiras no cenário acadêmico-científico internacional, nesse momento em que é preciso verificar se universais realmente se sustentam diante da diversidade linguística. E conchamar os linguistas a um trabalho cooperativo, inspirado no modelo que vem sendo aplicado na Universidade de São Paulo (USP) ao Karitiana, para que todas as nossas línguas nativas possam receber descrições de todos os níveis gramaticais – fonológico, morfológico, sintático e semântico –, de modo a que se funde uma tradição de análises bem situadas empiricamente para elas, em quantidade e qualidade comparável à que existe para aquelas línguas já hoje bem representadas no cenário científico-acadêmico internacional.

Diversas línguas indígenas brasileiras ainda não foram suficientemente descritas; entre elas, muitas estão ameaçadas de extinção, precisando com urgência de documentação e análise. Ao longo deste artigo, começando por esta introdução, discutiremos como a

busca por universais linguísticos pode contribuir para mudar essa situação, conferindo nova evidência às línguas indígenas brasileiras. Por limite de espaço, apresentaremos brevemente três exemplos de sucesso, ou seja, examinaremos três dentre as diversas línguas com bom número de publicações científicas internacionais:¹ o Pirahã (seção §2), o Karajá (seção §3) e o Karitiana (seção §4).

Não há novidade em se observar que a tradição linguística é etnocentrada. Por muito tempo, línguas que não fossem faladas na Europa estiveram ausentes dos cardápios de estudos em línguas naturais. Por um tempo mais longo ainda, as línguas indígenas tiveram uma posição marginal nos estudos linguísticos, mesmo adentrada a década de 50, quando o programa gerativista liderado por Chomsky mudou o eixo dos estudos sobre línguas naturais da Europa para a América do Norte. Entre 1956 e 2006, mais trabalhos científicos sobre línguas naturais foram publicados que em todo o século XIX. Ainda assim, na última metade do século XX, marcada por tamanho florescimento das pesquisas científicas sobre as línguas humanas, o volume de trabalhos científicos divulgados sobre as línguas indígenas foi enormemente inferior ao daqueles que versavam sobre as demais línguas. Outra consequência do programa de pesquisas inaugurado por Chomsky como Princípios e Parâmetros, além do grande volume de descrições e análises de línguas naturais já produzido, foi a busca por universais linguísticos. Diversos deles foram projetados a partir do que se sabia sobre as línguas europeias, as quais eram o centro das investigações, e, à época, eram tidas como representativas da diversidade linguística do planeta. Os traços comuns às línguas da Europa eram tomados como parte da Gramática Universal, e, como tal, esperava-se que fossem encontrados em quaisquer línguas que se viesse a conhecer. Porém, os Universais Linguísticos, tais como definidos entre 1960 e 1980, não se sustentariam mais tarde, diante das novas descobertas realizadas sobre línguas que, até então, ainda não tinham sido formalmente descritas e analisadas.

Quão recente é a investigação semântica de línguas não provenientes da Europa Ocidental? O reconhecimento de que havia línguas naturais marginalizadas, em termos de interesse científico, e de que era preciso reparar essa desigualdade, atinge o auge na virada do século passado para este. Um indício da nova atitude foi a criação, em 2000, por Angelika Kratzer (Universidade de Massachusetts-Amherst) e Lisa Matthewson (hoje na Universidade British Columbia, Canadá), do SULA – *The semantics of under-represented languages in the Americas* –, uma reunião científico-acadêmica voltada à semântica de línguas americanas pouco representadas no debate acadêmico internacional, principalmente às línguas indígenas. O próprio título da conferência (algo como “a semântica das línguas americanas/ameríndias mal representadas”), que vem sendo realizada a cada dois anos, desde então, reflete a crescente preocupação em dar visibilidade a línguas que ainda não haviam conquistado o espaço merecido no cenário científico-acadêmico internacional. É na emergência desse espírito de resgate do valor de línguas até então sem tradição estabelecida como tema de estudos formais que viriam a surgir os dados que refutariam, parcial ou totalmente, os famosos Universais Linguísticos.

¹ Felizmente, várias línguas nativas brasileiras vêm ganhando cada vez mais espaço na pesquisa científica. Entre elas, podemos mencionar Guarani, Katukina, Kuikuro, Maxakalí, Tupinambá e Juruna. As escolhidas para serem discutidas neste artigo chegaram à notoriedade por meio de caminhos distintos, representativos de vertentes relacionadas ao crescente reconhecimento da importância das línguas indígenas como campo de provas para as teorias linguísticas.

Nesse caminho, destacaram-se entre as línguas indígenas brasileiras com visibilidade internacional o Pirahã, o Karajá e o Karitiana. O sucesso que desejamos destacar, por meio desses três casos, é tributário de uma longa história de documentação, descrição e análise das línguas brasileiras, sem a qual não seria possível a verificação empírica, por meio do exame de dados provenientes de nossa riqueza etnolinguística,² para confirmar, ou refutar, propostas teóricas tipológicas e universalistas. As nossas línguas nativas (cerca de 200, segundo Rodrigues 1999) chamam a atenção por apresentarem propriedades gramaticais incomuns frente às línguas tradicionalmente mais bem descritas na história da linguística. As três línguas escolhidas para estudo de caso tornaram-se objeto de investigação de linguistas não atuantes como indigenistas e mesmo de outros que tradicionalmente consideravam apenas línguas de maior visibilidade política, como as europeias, em sua pesquisa, fato que indica a que ponto elas se tornaram importantes para as teorias linguísticas.

O Pirahã tornou-se celebridade instantânea quando foi apresentado por Everett (2005) como um contraexemplo para o *Universal da Recursividade*, uma propriedade necessária e suficiente para distinguir a linguagem humana da comunicação entre as outras espécies, segundo Chomsky e demais inatistas. A análise de Everett foi rebatida por Nevins, Pesetsky e Rodrigues (2007; 2009a; 2009b), entre outros. O debate rendeu 16 artigos científicos (publicados em periódicos revisados por pares) sobre o Pirahã nos últimos dez anos (Portal de Periódicos CAPES). O Karitiana esteve perto de alcançar essa fama, com sete artigos dessa natureza versando sobre a língua no mesmo período, como resultado de um trabalho em cooperação entre semanticistas e sintaticistas sem rival no Brasil até o momento. O Karajá atingiu também um bom nível de publicações (três artigos no Portal de Periódicos CAPES), devido ao fato de pesquisas psicolinguísticas terem estabelecido um processo de dêixis sui generis nessa língua, de que não se tem notícia em nenhuma outra.

Veremos, agora, mais detalhadamente, as diferentes razões para cada uma dessas línguas ter angariado sucesso no mundo acadêmico-científico internacional. Em seguida, concluímos o artigo, discutindo as peculiaridades do trabalho de campo e da interdependência entre os níveis de análise linguística, que tornam a empreitada de alçar as línguas indígenas brasileiras a um novo nível de visibilidade, alcançando descrição científica significativa, um projeto de cooperação entre diversos especialistas.

2. O caso Pirahã: A língua prova que a recursividade não é um universal linguístico?

A língua Pirahã (da família Mura) é falada por pouco mais de 200 pessoas, habitantes da Amazônia brasileira. Ela é hoje a mais famosa língua indígena brasileira. Ela vem sendo investigada por diversos centros de pesquisa dentro e fora do Brasil. Está em andamento

² No bojo da importante contribuição que a linguística indígena tem fornecido tanto no campo da teoria gerativa quanto no campo da tipologia, diversas línguas brasileiras merecem destaque. Muitas delas têm chamado a atenção de linguistas estrangeiros. Rodrigues (2000) menciona Hixkaryana, Gavião Pykobyê, Karo, Maxakali e Suruí Paiter, entre outras (ver também Rodrigues 1986).

o projeto interinstitucional “Pirahã: Gramática e Recursividade”, coordenado por Cilene Rodrigues (PUC-Rio) e Filomena S. Sândalo (IEL/UNICAMP). O Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI) da UnB também vem se ocupando dela. Andrew Nevins (UFRJ/University College London) também vem publicando artigos sobre essa língua. Uli Sauerland, do Centro Linguística Geral (ZAS) de Berlim, também pesquisa essa língua. Até o Departamento de Ciências Cognitivas do MIT (Department of Brain and Cognitive Sciences at the Massachusetts Institute of Technology) está atualmente investigando o povo e a língua Pirahã.

Daniel L. Everett (1986, 1987a, 1987b, 1998a, 1998b, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2008), um ex-evangelizador que se dedicava a converter indígenas ao cristianismo, hoje professor de Linguística e Antropologia na Illinois State University, conviveu com os Pirahãs por mais de 20 anos. Ele publicou diversos trabalhos sobre a cultura e a língua Pirahã, mas o artigo que causou a maior celeuma no meio científico-acadêmico foi aquele em que ele declarou que, examinando a estrutura morfológica e sentencial dessa língua, tornava-se evidente que a língua não apresenta recursividade. Uma vez que a recursividade é uma propriedade universal das línguas naturais, e inerente à faculdade da linguagem, segundo Fitch, Hauser e Chomsky (2005), a propalada ausência dessa propriedade em Pirahã seria uma contra-evidência empírica para a teoria gerativista, criando um problema para a teoria linguística inatista. O controverso artigo, chamado “*Cultural constrains on gramamr and cognition in Pirahã*”, saiu em 2005 no jornal *Current Antropology*. Sua tese principal foi repetida no artigo intitulado “*Challenging Chomskyan linguistics: The case of Pirahã*” (Desafiando a linguística chomskyniana: o caso Pirahã), que saiu no *Human Development*, em dezembro de 2007.

A recursividade sintática é a propriedade de encaixamento de uma estrutura em outra, pela aplicação cíclica de uma mesma regra. Por exemplo, podemos organizar períodos com modificadores nominais oracionais em português, as chamadas sentenças relativas, e, por sua vez, em cada oração que cumpre a função de modificador, um nome servir de pivô para uma nova sentença relativa. O resultado seria perfeitamente gramatical, como vemos no poema “Quadrilha”, de Drummond: “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili...” Só a nossa limitação de memória ou processamento nos impediria de continuar infinitamente essa sentença. Na teoria inatista, a recursividade é tratada como uma distinção genética exclusivamente relacionada à evolução humana, como o fator que explica por que nenhuma outra espécie desenvolveu a linguagem.

A apresentação de Pirahã como um argumento empírico contrário à tese inatista gerou imensa publicidade. As páginas do *The New Scientist* (de 18 de março de 2006) trazem a afirmação de que o Pirahã pode significar “o último prego no caixão da largamente influente teoria de Noam Chomsky sobre a gramática universal”; o Chicago Tribune (de 10 de junho de 2007) publicou, sob o título “Deslocando o eixo da linguagem”, a afirmação de que Everett tinha “acertado na cabeça da teoria ao reportar que a tribo brasileira estudada por ele não usa recursividade”; e o Times londrino (de 24 de outubro de 2008) descreveu a declaração de Everett sobre o fato de o Pirahã não contar com o princípio gramatical da recursividade como uma “fabulosa descoberta” (Nevins; Pesetsky e Rodrigues 2009a).

Em artigos reativos às declarações de Everett, os dados apresentados por ele como evidência para derrubar a recursividade como universal linguístico foram reanalisados e/ou completados com outros. Um mesmo dado, como o citado em (1), pode receber análises distintas (Levinson 2013: 151):³

(1) Hi xob-áaxái. Hi kahaí kai-sai.
he see-well. He arrow make-OLD.INFO

a. Everett: ‘He is really smart. He makes arrows (as we were saying)’.

b. Nevins et al.: ‘He is really good [COMP at making arrows]’.

O mesmo dado do Pirahã, reproduzido em (1), é visto como a sequência de duas sentenças independentes por Everett (2005), mas analisado como um período composto, contendo uma sentença nominal encaixada, por Nevins et al. (2009a). Adaptando o exemplo para o português, o par de sentenças em (1) recebe de Everett (2005) aproximadamente a glosa em (1c), e de Nevins et al. (2009a), aquela em (1d):

c. “Ele é muito bom. Ele faz flechas (é o que se comenta por aí)”.

d. “Ele é muito bom [COMP em fabricar flechas]”.

Nevins, Pesetsky e Rodrigues (2007; 2009a; 2009b) rebateram a análise de Everett com diversos argumentos. Um deles, de natureza teórico-metodológica, combate a interpretação dada à manifestação da recursividade na língua indígena brasileira, com base em Hale (1975), quando esse autor defende que a ausência de itens lexicais ou de morfologia específica não pode ser tomada como ausência dos conceitos e categorias geralmente manifestados em outras línguas por certos recursos, pois as línguas podem variar quanto às estratégias empregadas para certas operações. Outro argumento concerne ainda à interpretação das evidências. A tese de Everett de que a língua Pirahã é moldada pela cultura peculiar desse povo é também desafiada pelas características em comum entre essa língua e diversas outras (faladas por povos que não compartilham essa cultura específica).

De todo modo, embora não concordem com a conclusão de Everett de que Pirahã prova que Chomsky está errado, seus detratores assumem que a gramática de Pirahã pode vir a apresentar desafios verdadeiros para a área linguística, tanto que futuras investigações nessa língua podem vir a ser reveladoras de fenômenos gramaticais ainda insuspeitos, lançando questões legítimas sobre a natureza da linguagem humana.

Além de diversos artigos científicos em revistas e jornais internacionais, a declaração de que Pirahã derrubava a teoria chomskyniana rendeu a tese premiada “Pirahã: universais linguísticos e relatividade linguística”, defendida por Nina Moffit em 2009 (Oberlin College). A autora da tese conclui que, ainda que o caso da língua Pirahã possa ser considerado uma exceção à noção chomskyniana de recursividade sintática, essa exceção não necessariamente garante a rejeição da recursividade sintática como um universal

³A glosa e as traduções foram mantidas tais e quais no texto original, de Levinson, por questões de autenticidade; o texto discute como teorias diferentes podem analisar diversamente o mesmo dado; para deixar claro esse ponto, traduzimos para o português as glosas dadas em inglês no original, respectivamente em (1c) e (1d).

linguístico, pois uma exceção não necessariamente derruba uma regra. Muitas linhas de investigação sobre a língua Pirahã estão em andamento hoje.

3. O caso Karajá: A sofisticação dos experimentos

O Karajá (tronco Macro-Jê) tem em torno de três mil falantes, distribuídos por nove aldeias localizadas na Ilha do Bananal, no estado de Tocantins, e em seu entorno, numa área que atinge áreas de Goiás e Mato Grosso. A missão religiosa Summer Institute of Linguistics (SIL), nas pessoas de David e Gretchen Fortune, fez os primeiros registros da língua, em 1958 (Fortune 1958, 1964, 1970, 1973, 1988; Fortune e Fortune 1963, 1975). Esses autores publicaram cinco trabalhos sobre o Karajá até 1988. Outros linguistas, como Ribeiro (1996, 2000, 2001/2002, 2002, 2004 e 2005) e Borges (1994, 1997 e 2004), publicaram sobre a fonologia e a morfologia dessa língua; Viana (1995, 2000 e 2002) estudou a predicação nominal, e, em particular, a categoria dos termos atributivos.

Maia, fundador e coordenador do Laboratório de Psicologia Experimental da UFRJ (LAPEX) e docente responsável pela disciplina “Morfologia e Sintaxe da Língua Karajá”, ministrada na UFRJ desde 1997, publicou seu primeiro trabalho sobre a língua em 1986, e a investiga até hoje, tendo formado novos pesquisadores da língua, entre os quais se destacam Cristiane Oliveira da Silva (Iniciação Científica em 2006, mestrado defendido em 2010, doutorado em andamento, sempre sobre o Karajá), Waido Karajá, que descreveu a sintaxe de sua língua materna como trabalho de conclusão de curso (TCC) do 3º Grau Indígena, em 2006, e Woubedu Karajá, que desenvolveu o tema da invasão linguística da aldeia Hãwalo em seu TCC do 3º. Grau Indígena, também em 2006. Maia começou a publicar trabalhos sobre a língua Karajá quando aluno de mestrado, analisando-a nos níveis morfológico e sintático, elegendo tópicos como a ordem das palavras, a periferia esquerda da sentença, o movimento QU, a morfologia verbal, a causatividade, entre outros (ver Maia 1997, 2000, 2002, 2007a, 2007b, 2007c, 2009, 2010a, 2010b, 2010/2012; Maia et al 1998; Maia, Garcia e Oliveira 2012). Além de situar tipologicamente a língua, ele rodou os primeiros experimentos psicolinguísticos com uma língua indígena brasileira, e esses experimentos pioneiros tiveram como tema aspectos da gramática do Karajá, tais como a alternância causativa. Cristiane Oliveira da Silva vem trabalhando com experimentos sobre a dêixis, sob sua orientação.

Toda língua conta com elementos dêiticos, que não têm um significado fechado em si, mas cuja referência só pode ser determinada quando se conhece a situação da enunciação. Um nome próprio se refere à entidade que ele nomeia (por exemplo, ‘Brasil’ se refere ao país com esse nome), mas um pronome como ‘eu’ não tem referência fixa: faz referência à pessoa que estiver com a palavra. A dêixis (referência a participantes do discurso, lugares em que se encontram e ao tempo dos eventos narrados) é realizada por meio de pronomes, proformas adverbiais e flexões verbais nas línguas europeias. Em português, por exemplo, o pronome ‘você’ faz referência à pessoa a quem aquele que está com a palavra se dirige; o advérbio ‘aqui’ marca o lugar em que está situado o enunciador; e uma desinência verbal como a marca de pretérito perfeito em ‘entrei’ situa esse evento, a entrada, num tempo anterior ao da enunciação. Maia (2000), estudando o

Karajá, mostrou que há modos de realizar a dêixis insuspeitados para quem não investiga línguas indígenas. O Karajá implementa a dêixis, denominada por esse linguista de espacial e empática, de forma ímpar: através de alternâncias fonológicas em morfemas verbais. Há nessa língua afixos que distinguem entre duas direções: translocativa ou centrípeta, na sua ausência; ou cislocativa ou centrífuga, quando o afixo está presente, indicando a direção do enunciador (Maia 2000; Oliveira-da-Silva 2010). Vejamos um exemplo de Oliveira-da-Silva (2010: 51):

- | | |
|--|---|
| (2) a. m- <i>ø</i> -a-lo-k-e
2- <i>NDIR</i> -INTR-entre-POT
“Entre” (sem marca direcional) | b. m \bar{a} - n -a-lo-k-e
2- <i>DIR</i> -INTR-entre-POT
“Entre” (marcado direcionalmente) |
|--|---|

Se o falante está dentro de casa, usa (2a) para convidar alguém a entrar; se está fora, usa (2b). O marcador direcional assume a forma **-n-** em (2b), sendo o fonema /*n̄*/ inserido como adaptação fonológica. Dada a presença do morfema direcional em (2b), a entrada é interpretada como um movimento na direção do falante. Em português, tal direcionalidade só é possível com a alternância entre verbos distintos, como ‘ir’ (que indica movimento de perto para longe do falante) e ‘vir’ (que significa movimento na direção inversa, de longe para junto do falante).

Até aí, a diferença entre as línguas europeias e o Karajá está restrita à forma como a dêixis é implementada, mas vemos, sob estratégias distintas, as mesmas informações direcionais codificadas, marcando sempre o movimento sobre o qual se fala, ou como ocorrendo a partir do falante, ou em direção ao falante. A peculiaridade do Karajá é dispor de um sistema dêitico altamente gramaticalizado. Como vimos no exemplo de verbos como ‘entrar’, que marca a direcionalidade do movimento, a posição física do falante em relação ao alvo do movimento a ser realizado pela segunda pessoa do discurso é codificada pela presença/ausência do afixo, algo inexistente em línguas como o português.

Não obstante, o contraste entre as línguas indo-europeias e essa língua indígena brasileira fica mais intrigante visto que esses morfemas direcionais do Karajá apresentam uma segunda função, a de marcar a posição do falante quanto a certa entidade discursiva, a um personagem de sua narrativa, marcando assim seu interesse ou envolvimento emocional com o evento narrado. Se o afixo não é realizado, o narrador é neutro; se o afixo é realizado, ele tomou o partido de um personagem, identificando-se com ele. A isso, Maia chama “dêixis empática”. Em 2006, ao pedir a dois falantes nativos que traduzissem para o Karajá a sentença ‘A mãe falou para a filha que ela é muito falante’, Oliveira-da-Silva (que atualmente coordena o Projeto Gramática Pedagógica do Karajá /UNESCO – FUNAI) verificou que o falante do sexo feminino produziu uma versão em Karajá com afixos direcionais (3a), enquanto que a versão do informante masculino veio sem os afixos (3b).

- (3) a. Isè ta-rikòre-ò narybede tii sōemy rybedore
Mãe 3-filha-para falou (marcado direcionalmente) ela muito falante
‘A mãe falou para a filha que ela é muito falante’

- b. Isè ta-riòre-ò rarybere tii sõem yarybemyhyre
 Mãe 3-filha-para falou ela muito fala
 ‘A mãe falou para a filha que ela fala muito’

Em (3a), ocorre a dêixis empática (-n-/-d-), indicando que o narrador se posiciona empaticamente, mostrando que se identifica com a entidade discursiva. Como em (3b) não há a dêixis empática, o narrador apresenta a cena de modo neutro.

Visto que o verbo ‘falar’ não é de movimento, a realização de afixos direcionais não era esperada. Análises posteriores revelaram que a informante feminina tinha se identificado com os participantes do evento, daí a presença de afixos em sua produção; já o informante masculino, não sendo mãe nem filha, indicou sua neutralidade quanto aos participantes da narrativa pela ausência dos afixos em sua produção. Que se saiba, essa marcação de ponto de vista do falante sobre a sua proximidade psicológica, afetiva ou emocional quanto aos participantes do evento narrado não foi identificada em nenhuma outra língua natural. Passou-se a investigar a recuperação da referência discursiva e a gramática do processo anafórico nessa língua através de experimentos de *priming* (por meio de técnicas de mensuração da reativação ou pré-ativação de memória implícita), com atenção à correferência e ao processamento, tendo sido realizados diversos experimentos psicolinguísticos sobre a gramática da dêixis em Karajá desde então. Postulou-se que a morfologia dêitica *sui generis* do Karajá torna saliente o paciente da oração na memória de trabalho do ouvinte; logo, o referente é encontrado mais depressa, e até mesmo ambiguidades sintáticas são mais bem solucionadas quando o afixo é realizado (Oliveira-da-Silva 2006). A interferência da morfologia dêitica única do Karajá no processamento de sentenças colocou essa língua em evidência.

4. Karitiana: um exemplo de língua indígena que atingiu a análise semântica

O Karitiana, cujos falantes (cerca de 300) vivem em Rondônia, é a única língua da família Arikém (tronco Tupi) que ainda se fala. Ela começou a ser estudada pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL), nas pessoas de David e Rachel Landin, vindo aquele a publicar, em 1983, o primeiro dicionário. O primeiro artigo científico sobre a língua, publicado dois anos depois, é de autoria de Daniel Everett (1985). A primeira tese de doutorado foi a de Luciana Storto, defendida em 1999, no MIT, EUA. Storto começou a investigar a língua em 1992 e nunca mais parou (Storto 2005, 2010; Storto e Vander Velden 2005). Quando se tornou docente da USP, passou a orientar pesquisas de iniciação científica e de mestrado sobre a sintaxe do Karitiana. Por volta de 1994, foi iniciada uma parceria com a semanticista Ana Müller, parceria essa que multiplicou os pesquisadores que vêm trabalhando com a língua Karitiana, rendendo diversos trabalhos próprios e de orientandos sobre a língua (ver, a título de exemplo. Müller 2009; Müller e Sanchez-Mendes 2008). Destacam-se entre os muitos frutos desse trabalho conjunto as dissertações de mestrado defendidas por Coutinho-Silva (2008), Sanchez-Mendes (2009), Carvalho (2010) e Rocha (2011). Mais de dez publicações sobre a semântica da língua ocorreram de 2005 para cá, não poucas de âmbito internacional, versando

sobre o sintagma nominal (número, distinção massivo-contável, individuação), pluralidade, modificação e quantificação verbal e nominal, modos de expressar pluralidade, cumulatividade, aspecto verbal e muitos outros temas. Diversos trabalhos sobre a língua foram apresentados em congressos fora do Brasil, como o Sinn & Bedeutung e o SULA, o que demonstra o interesse internacional sobre os dados e análises relativos ao Karitiana.

Se desconsiderarmos o Pirahã, será difícil encontrar uma língua indígena brasileira que ultrapasse o Karitiana em exposição no meio científico-acadêmico, elegendo como fator o número de artigos publicados. O Karitiana já pode ser considerado uma língua bastante bem descrita, ao menos nas áreas de sintaxe e semântica. Qual a receita desse sucesso? Além de apresentar dados empíricos que balançam universais linguísticos, assim como as outras duas línguas indígenas mencionadas neste artigo, o Karitiana foi objeto de um trabalho de equipe entre especialistas em níveis de análise linguístico distintos. Voltaremos a esse empreendimento conjunto mais adiante. Vamos tratar agora do primeiro fator de sucesso: a especificidade da gramática dessa língua.

O sistema nominal do Karitiana é completamente distinto do apresentado pelas línguas indo-europeias. O Karitiana não tem elementos funcionais pronunciados no sintagma nominal, sejam determinantes, classificadores ou morfologia de número; todo sintagma nominal é nu e pode receber interpretação específica, genérica, singular ou plural (Müller, Storto e Coutinho-Silva 2006a, 2006b). Em (4), abaixo, o item *Taso* pode ter as interpretações apresentadas de (5a) a (5e), correspondendo em línguas como o português a uma descrição definida singular (5a) ou plural (5b), a um nome nu plural (5c), a uma descrição indefinida singular (5d) ou a uma plural (5e).⁴

(4) taso	nasokõ'it	eremby
taso	ø-na-osokõ-'it	eremby
homem	3-DECL-amarrar-NFUT	rede

- (5) a. O homem amarrou uma rede.
 b. Os homens amarraram as redes.
 c. Homens amarraram redes.
 d. Um homem amarrou a rede.
 e. Alguns homens amarraram algumas redes.

Por não contar com modificadores adnominais estrito senso, o Karitiana desconfirma os universais semânticos da análise clássica, tanto o “*Determiner Universal*” quanto o “*Quantifier Universal*” (Barwise e Cooper 1981). O *Determiner Universal* diz que “toda

⁴ As interpretações aqui dadas foram aferidas em diversos trabalhos de coleta de dados e estão publicadas em diversos artigos, mas a metodologia usada só foi descrita de forma geral: contextos eram oferecidos, seguidos de perguntas sobre a adequação da sentença, e pedia-se a tradução para a língua-alvo das sentenças em português; remeto o leitor à dissertação de Coutinho-Silva (2008).

língua natural contém expressões básicas (os chamados determinantes) cuja função semântica é assinalar às denotações dos nomes comuns contáveis A (i.e., conjuntos) quantificadores que vivem em A” (Barwise e Cooper 1981: 179). Naturalmente, línguas que só apresentam nomes nus como o Karitiana (Müller, Storto e Coutinho-Silva 2006a e 2006b), o St’át’imcets / Salish (Matthewson 1998) e o San Lucas Quiavini Zapotec (Lee 2008) constituem contraexemplos para essa generalização, embora nenhuma língua indo-europeia fosse exceção. Já o *NP-Quantifier* universal diz que “toda língua natural apresenta algum constituinte sintático (os chamados sintagmas nominais) cuja função semântica é expressar quantificadores generalizados sobre o domínio do discurso” (Barwise e Cooper 1981: 177). O Karitiana, porém, não apresenta nenhum dos determinantes ou quantificadores comuns a línguas indo-europeias, tais como, para ficar só nos exemplos do português, o artigo definido (‘os’, em ‘os homens’), indefinidos (‘um’, em ‘um homem’, ou ‘alguns’, em ‘alguns homens’), ‘certos’, ‘vários’ etc. Além do Karitiana, outras línguas não indo-europeias constituem evidência empírica contra esse universal (Bach e Chao 2008): Mohawk (Baker, Aranovich e Golluscio 2005); Straits Salish (Jelinek 1995), Asurini do Trocará (Vieira 1995), Walpiri (Bittner e Hale 2005), Navajo (Faltz 2000; Speas e Parsons Yazzie 1996). Portanto, o primeiro motivo para o impacto do Karitiana é que “As línguas indígenas brasileiras apresentam propriedades ainda pouco conhecidas pela Linguística, podendo, inclusive, colocar problemas novos para as teorias correntes sobre a natureza das línguas e da faculdade humana da linguagem” (Maia 2000).

O segundo motivo para a atual evidência do Karitiana é a parceria que se formou na USP entre Storto, sintaticista, e Müller, semanticista, que resultou na fundação de um grupo de estudos em línguas indígenas muito produtivo na investigação sintática e semântica do Karitiana: são mais de 40 produções, em forma de artigos publicados e textos em anais de congressos. Já há quatro mestrados defendidos, 11 iniciações científicas concluídas, além de dois doutorados e um mestrado em andamento. Foi aberta uma linha de pesquisa, com projetos como “Variação Semântica: individualização e expressões nominais (2007–2009)”, “Variação semântica nas línguas nativas do Brasil: a expressão verbal e nominal da noção de número (2009–atual)” e “Plural e distribuição nas línguas humanas: o caso do Karitiana” (2011–2013).

É motivo de comemoração que uma língua indígena brasileira tenha chegado ao nível de descrição e análise semântica porque o trabalho de campo nessas línguas, cujas gramáticas são tão pouco conhecidas, por pesquisadores não nativos, e, logo, não falantes, começa sempre pelo nível de descrição fonológica, passando então pelo nível da descrição morfológica e chegando ao nível descrição sintática. Somente depois de já ter sido produzido um conhecimento razoável sobre esses níveis da gramática, só depois de ser fundada uma boa base de análise gramatical, é possível estudar formalmente a semântica de uma língua natural. Isto é, o próprio fato de haver para certa língua trabalhos científicos em semântica formal é em si um indício de que tal língua já foi alvo de um grande volume de análises em outros níveis da gramática: necessariamente, um considerável saber sobre a gramática de uma língua está acumulado quando ela pode ser alvo de investigação em semântica formal. Assim, toda língua que já foi objeto da semântica formal é uma língua mais bem descrita que aquelas que não dispõem ainda de produções científicas dessa natureza.

Evidentemente, estudar a semântica das línguas naturais leva muito tempo: descrição fonológica, morfológica, sintática... e só então se pode examinar a semântica formal. Em parte, isso se deve à própria constituição teórico-metodológica da disciplina. A semântica formal é uma ciência empírica, com caráter preditivo, que busca explicar a capacidade de atribuir significado a termos e construções linguísticas verificadas entre os falantes de línguas naturais, analisando e explicando as propriedades semânticas dessas línguas (Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira 2012). Os trabalhos em semântica formal de línguas indígenas ainda dependem muito de dados secundários. Nas palavras de Mathewson (2004), “coletar informações sobre a semântica de uma língua é um trabalho árduo que envolve longa interação com os informantes. É urgente, visto que há línguas em risco de extinção”. Um trabalho desse fôlego não pode ser realizado sem parcerias entre especialistas de áreas diferentes, tais como a que se deu na USP. É um empreendimento coletivo, que depende da cooperação de saberes complementares, envolvendo técnicas elaboradas, sofisticadas, para coletar dados gramaticais sutis e complexos, altamente dependentes do contexto. Trata-se também de um campo de investigações muito recente, segundo diversos linguistas: “Comparada à atenção recebida pelos universais fonológicos e sintáticos, é muito pequena a que vem sendo dada ao estudo dos universais semânticos” (Mairal e Gil 2006: IX). “A maior parte dos trabalhos sobre universais das línguas humanas tem se concentrado nas suas propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas; a atenção dada à semântica tem sido muito menor” (van Valin 2006: 155). “Por ser uma disciplina muito jovem, a semântica de base teórica e formal dispõe de um número insuficiente de pesquisadores” (von Stechow e Mathewson 2008) “Essa é ainda uma área linguística com poucos pesquisadores no Brasil, mas em crescimento. ...sua história ...nos meios acadêmicos brasileiros data dos anos 70” (Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira 2012). Não obstante, como mostra o caso do Karitiana, a investigação semântica de línguas indígenas brasileiras, dada a própria natureza dessa investigação, é muito benéfica para a sua visibilidade no cenário acadêmico-científico.

Conclusão

Neste artigo, defendemos que o atual debate em torno da legitimidade de universais linguísticos, num cenário de investigação sobre quais dentre eles resistem à prova empírica, confere centralidade às línguas não indo-europeias, que são as línguas ainda pouco descritas e analisadas. As línguas indígenas brasileiras são o novo campo de provas para o teste da adequabilidade empírica e para o poder explanatório de várias teorias linguísticas. Embora o estudo científico das línguas indígenas brasileiras sempre tenha contribuído para novas perspectivas sobre as línguas naturais, as línguas indígenas faladas no território brasileiro nunca antes foram tão reconhecidas como fonte privilegiada de informação e reflexão para o desenvolvimento da linguística teórica.

Enfocamos particularmente três casos, em que a importância das línguas no cenário acadêmico-internacional está refletida no número de produções científicas recentes sobre elas. O Pirahã tornou-se celebridade instantânea ao ser apresentado como um contraexemplo ao universal da recursividade, característica central das línguas humanas, segundo a teoria inatista, cuja figura de proa é Chomsky. Num levantamento realizado no

Portal de Periódicos CAPES, verificamos que essa língua acumula, nos últimos 10 anos, nada menos que 16 artigos em periódicos da área de Linguística revisados por pares. O Karajá destaca-se por apresentar uma gramática da dêixis peculiar, objeto de experimentos psicolinguísticos. No Portal de Periódicos CAPES, o Karajá, nos últimos 10 anos, foi alvo de três artigos publicados em periódicos da área de Linguística revisados por pares. Por fim, apresentamos o caso do Karitiana, que, além de contrariar universais semânticos, tem sido investigado em semântica formal por um grupo de linguistas. Encontramos no Portal de Periódicos CAPES sete artigos sobre essa língua, em periódicos da área de Linguística revisados por pares, publicados nos últimos 10 anos.

A existência de uma descrição semântica merece ser celebrada porque chegar a esse nível significa um percurso pela descrição fonológica, morfológica e sintática da língua objeto. Idealmente, todas as línguas indígenas deveriam ser profundamente conhecidas pelos linguistas em todos esses aspectos. Os pressupostos de uma análise semântica são que já se tenha alcançado um conhecimento razoável da fonologia, da morfologia e da sintaxe da língua a ser investigada, se o pesquisador não é falante nativo da língua-alvo. Torçamos para que, num futuro não muito distante, muitas alcancem o último nível de descrição, recebendo suas análises semânticas.

Há ainda muitos desafios a superar. Investigar a semântica é tão difícil que mesmo os melhores tratados gramaticais de línguas ameríndias (ou manuais para o ensino dessas línguas) contêm muito pouca informação sobre sua semântica. O objetivo da semântica é estabelecer o significado de enunciados e de partes de enunciados. Esses fatos são voláteis, dependentes do contexto, e quase nunca acessíveis pela intuição do falante. Acima de tudo, para além das dificuldades apresentadas por qualquer coleta de dados e para a realização de experimentos com nativos, a investigação semântica de línguas indígenas requer uma estreita cooperação entre estudiosos especialistas em diversas áreas. Ela só ocorre com a cumulação, a soma de muitos esforços. Essa colaboração entre pesquisadores é necessária e urgente, para que outras línguas possam deixar a condição da sub-representação, assim como está acontecendo com o Karitiana.

Concluindo, a contribuição das línguas indígenas para a teoria linguística é inestimável. E a importância de se pesquisar línguas ainda não bem descritas é inquestionável, apesar dos muitos desafios a superar. Neste artigo, procuramos demonstrar que as línguas indígenas estão cada vez mais sendo vistas como o campo de provas dos universais, seja para refutá-los ou confirmá-los! Centralidade para elas!

Referências Bibliográficas

- BACH, Emmon; CHAO, Wynn (2008). Semantic universals and typology. In Chris Collins; Morten Christiansen; Shimon Edelman (eds.). *Language Universals*, pp. 152-173. Oxford: Oxford University Press.
- BAKER, Mark C.; ARANOVICH, Roberto; GOLLUSCIO, Lucia A. (2005). Two types of syntactic noun incorporation: Noun incorporation in Mapudungun and its typological implications. *Language* 81(1): 138-176.
- BARWISE, Jon; COOPER, Robin (1981). Generalized quantifiers and natural language. *Linguistics and Philosophy* 4(2): 159-219.

- BITTNER, Maria; HALE, Ken (1995). Remarks on definiteness in Warlpiri. In Emmon Bach et al. (eds.). Quantification in natural languages. *Studies in Linguistics and Philosophy*, vol. 54: 81-105. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher.
- BORGES, Mônica Veloso (1994). Diferenças entre a fala feminina e a masculina na língua Karajá (Brasil). In Ana Fernández Garay; José Pedro Viegas Barros (orgs.). *Actas de las Segundas Jornadas de Lingüística Aborigen*, pp. 331-337. Argentina: Universidad de Buenos Aires.
- BORGES, Mônica Veloso (1997). *As falas feminina e masculina no Karajá*. Dissertação de mestrado em linguística. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- BORGES, Mônica Veloso (2004). Diferenças entre as falas feminina e masculina do Karajá e em outras línguas brasileiras: aspectos tipológicos. *LIAMES* 4: 103-113.
- BORGES NETO, José; MÜLLER, Ana; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta (2012). A semântica formal das línguas naturais: Histórias e desafios. *Revista Estudos Linguísticos* 20(1): 119-148.
- CARVALHO, Andrea (2010). *O auxiliar aspectual Tyka do Karitiana*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- COUTINHO-SILVA, Thiago (2008). *Aspectos dos sintagmas nominais em Karitiana: A quantificação universal*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- EVERETT, Daniel L. (1985). A note on ergativity S' e S'' in Karitiana. *Workpapers of the Summer Institute of Linguistics*, pp.69-81. Grand Forks: University of North Dakota.
- EVERETT, Daniel L. (1986). Pirahã. In Desmond C. Derbyshire; Geoffrey K. Pullum (eds.). *Handbook of Amazonian languages*, vol. 1: 200-326. Berlin: Mouton de Gruyter.
- EVERETT, Daniel L. (1987a). Pirahã clitic doubling. *Natural Language and Linguistic Theory* 5: 245-76.
- EVERETT, Daniel L. (1987b). *A língua Pirahã e a teoria da sintaxe: Descrição, perspectivas e teoria*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- EVERETT, Daniel L. (1998a). *Pirahã: A native American language of Northwest Brazil*. Internet site: http://web.archive.org/web/20001121191700/amazonling_linguist.pitt.edu Accessed February 18, 2007 (no longer accessible, April 14, 2007).
- EVERETT, Daniel L. (1998b). *Pirahã dictionary*. Disponível em: http://web.archive.org/web/20001109203800/amazonling_linguist.pitt.edu/dictionary.html Acesso em 18 fev.2007.
- EVERETT, Daniel L. (2005). Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã: Another look at the design features of human language. *Current Anthropology* 46(4): 621-646.
- EVERETT, Daniel L. (2006). Reply to Bambini, Valentina; Gentili, Claudio, and Pietrini, Pietro. *Current Anthropology* 47(1): 143-145.
- EVERETT, Daniel L. (2007a). Challenging chomskyan linguistics: The Case of Pirahã. *Human Development* 50(6): 297-299.
- EVERETT, Daniel L. (2007b). *Cultural constraints on grammar in Pirahã: A reply to Nevins, Pesetsky, and Rodrigues* (2007). Disponível em: <http://ling.auf.net/lingBuzz/000427>.
- EVERETT, Daniel L. (2007c). Recursion and human thought: Why the Pirahã don't have numbers. *Edge: The third culture* 213. June 14, 2007.

- EVERETT, Daniel L. (2008). *Don't sleep. There are snakes: Life and language in Amazonian Jungle*. New York: Pantheon Books.
- FALTZ, Leonard M. (2000). A semantic basis for Navajo syntactic typology. In Theodore B. Fernald; Paul R. Platero (eds.). *The athabaskan languages. Perspectives on a Native American language family*, pp. 28-50. Oxford: Oxford University Press.
- FITCH, W. Tecumseh; HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam (2005). The evolution of the language faculty: Clarifications and implications. *Cognition* 97:179-210. doi: 10.1016/j.cognition.2005.02.005 .04.006
- FORTUNE, David L. (1958). *Phonemes of Karajá*. Museu Nacional do Rio de Janeiro (ms).
- FORTUNE, David L. (1964). *Karajá Grammar*. Arquivo Linguístico do Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- FORTUNE, David L. (1970). *Karajá grammar: A preliminary transformational-generative study of a Brazilian language*. Thesis (M.A.), Department of Linguistics, Indiana University.
- FORTUNE, David L. (1973). *Gramática Karajá: Um estudo preliminar em forma transformacional*. Série Linguística 1: 101-161. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- FORTUNE, David L.. (1988). The category of person and associated semantico-grammar of the Karajá pronominal system. *Amerindia* 13: 75-85.
- FORTUNE, David L.; FORTUNE, Gretchen (1963). *The phonemes of the Karajá language*. Arquivo Linguístico do Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- FORTUNE, David L.; FORTUNE, Gretchen (1975). Karajá men's-women's speech differences with social correlates. *Arquivos de Anatomia e Antropologia* 1: 109-124. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques.
- GREENBERG, Joseph (1963/1966). *Universals of language*. Cambridge: MIT Press.
- HALE, KENNETH L. (1975). Gaps in grammar and culture. In M. Dale Kinkade; Kenneth L. HALE; Oswald Werner (eds.). *Linguistics and Anthropology: In honor of C. F. Voegelin*, pp. 295-315. Lisse: The Peter de Ridder Press.
- JELINEK, Eloise (1995). Quantification in Straits Salish. In Emmon Bach et al. (eds). (1995). Quantification in natural languages. *Studies in Linguistics and Philosophy*, vol. 54: 487-540. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher.
- KARAJÁ, Woubedu (2006). *A invasão linguística na aldeia de Hawalo Mahadu*. Monografia de Graduação. Cáceres, MT: UNEMAT.
- LANDIN, David (1983). *Dicionário e léxico Karitiana/Português*. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics.
- LEE, Felicia A. (2008). On the absence of quantificational determiners in San Lucas Quiavini Zapotec. In Lisa Matthewson (ed.). *Quantification: A cross-linguistic perspective*, pp. 353-383. Esmerald Group Publishing Limited.
- LEVINSON, Stephen C. (2013). Recursion in pragmatics. *Language* 89(1): 149-162. doi: 10.1353/lan.2013.0005
- MAIA, Marcus A. R. (1997). Perspectivas da pesquisa em línguas indígenas brasileiras: a sintaxe da dêixis espacial e empática em Karajá. *Boletim da ABRALIN* 21: 470-481.
- MAIA, Marcus A. R (2000). Compreensão de relações espaciais em Karajá. *Revista PaLavra* 6: 154-165.

- MAIA, Marcus A. R. (2002). O mediativo em Karajá. In Ludoviko dos Santos; PONTES, Ismael (orgs.). *Línguas Jê: Estudos vários*, pp. 147-173. Londrina: Editora UEL.
- MAIA, Marcus A. R. (2007a). Evidential processes in Karajá. In Zlatka Guentchéva; Jon Landaburu (eds.). *Sur le médiatif*, II. Paris: CNRS.
- MAIA, Marcus A. R. (2007b). *Manual de linguística: Subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC/SECAD).
- MAIA, Marcus A. R. (2007c). Evidentiality processes in Karajá. In Jon Landaburu; Zlatka Guentcheva (orgs.). *L'Enonciation médiatisée II - Le traitement épistémologique de l'information: illustrations amérindiennes et caucasiennes*, vol. 2: 293-308. Louvain - Paris: Peeters Publishers.
- MAIA, Marcus A. R. (2009). This poster would read more clearly in Karajá than in Xavante, Brazilian Portuguese (or English): A crosslinguistic study on the acceptability of middle constructions. *XXII Annual CUNY conference on human sentence processing*.
- MAIA, Marcus A. R. (2010a). The processing of causative alternation structures by Karaja/Portuguese bilinguals. *Proceedings of the First International Psycholinguistics Congress*. First International Psycholinguistics Congress, Rio de Janeiro.
- MAIA, Marcus A. R. (2010b). The structure of CP in Karaja. In José Camacho; Rodrigo Gutiérrez-Bravo; Liliana Sánchez (orgs.). *Information Structure in Indigenous Languages of the Americas: Syntactic Approaches*, pp. 185-208. Mouton De Gruyter.
- MAIA, Marcus A. R. (2010/2012) The Processing of causative alternation structures by Karaja/Portuguese bilinguals. *IX Congress of the International Society of Applied Psycholinguistics - ISALP*, 2010, Bari, Italia. In Mininni Giuseppe; Manuti Amelia (eds.) (2012). *Applied psycholinguistics. Positive effects and ethical perspectives*, vol. 1: 383-395. Milano: Franco Angeli Milano Ed.
- MAIA, Marcus A. R.; FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne; SOARES, Marília Facó; VIEIRA, Márcia Damaso (1998). Comparação de aspectos da gramática em línguas indígenas brasileiras. *DELTA* 14(2): 349-375.
- MAIA, Marcus A. R.; GARCIA, Daniela Cid de; OLIVEIRA, Cristiane de (2012). The processing of conceptual anaphors and fully specified pronouns in intra-sentential contexts in Brazilian Portuguese. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, special issue 6: 200-219. www.revel.inf.br/eng
- MAIRAL, Ricardo; GIL Juana (2006). *Linguistic universals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MATTHEWSON, Lisa (1998). *Determiner systems and quantificational strategies: Evidence from Salish*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- MATTHEWSON, Lisa (2004). On the methodology of semantic fieldwork. *International Journal of American Linguistics* 70(4): 369-415.
- MOFFITT, Nina (2009). *Pirahã, language universals and linguistic relativity*. Honor Thesis. Ohio: Oberlin College. Disponível em: https://etd.ohiolink.edu/!etd.send_file?accession=oberlin1316100344&disposition=inline Acesso em: 12 março 2011.
- MÜLLER, Ana (2009). Variação semântica: individuação e número na língua Karitiana. *Estudos Linguísticos* 38: 295-308.
- MÜLLER, Ana; SANCHEZ-MENDES, Luciana (2008). Pluractionality in Karitiana. *Proceedings of Sinn und Bedeutung (SuB)* 12: 442-454. Oslo: Department of Literature, Area Studies and European Languages, University of Oslo.

- MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana; COUTINHO-SILVA, Thiago (2006a). Number and the mass-count distinction in Karitiana. In Solveiga Armoskaite; James J. Thompson (eds.). *Proceedings of WSCLA XI: The eleventh Workshop on Structure and Constituency in Languages of the Americas*, pp. 122-35.
- MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana; COUTINHO-SILVA, Thiago (2006b). Número e a distinção contável-massivo em Karitiana. *Revista da ABRALIN* 5: 43-63.
- NEVINS, Andrew; PESETSKY, David; RODRIGUES, Cilene (2007). *Pirahã exceptionalism: a reassessment*. <http://ling.auf.net/lingBuzz/000411>
- NEVINS, Andrew; PESETSKY, David; RODRIGUES, Cilene (2009a). Pirahã exceptionalism: a reassessment. *Language* 85(2): 355-404.
- NEVINS, Andrew; PESETSKY, David; RODRIGUES, Cilene (2009b). Evidence and argumentation: A reply to Everett. *Language* 85(3): 671-681.
- OLIVEIRA-DA-SILVA, Cristiane (2006). A dêixis espacial em Karajá: Um fenômeno (também) empático. Trabalho apresentado no XXVII ENEL – Encontro nacional dos estudantes de letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA-DA-SILVA, Cristiane (2010). *O processamento da dêixis em Karajá*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. Disponível em: <http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/wp-content/uploads/2013/03/cristiane-oliveira.pdf> Acesso em 18 jun.2013.
- RIBEIRO, Eduardo R (1996). *Morfologia do verbo Karajá*. Dissertação de mestrado em linguística: Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- RIBEIRO, Eduardo R (2000). [ATR] vowel harmony and palatalization in Karajá. Santa Barbara Papers in Linguistics, vol. 10: *Proceedings of WAIL 2000*, pp. 80-92. Santa Barbara: University of California.
- RIBEIRO, Eduardo R. (2001/2002). Empréstimos tupi-guarani em Karajá. *Revista do Museu Antropológico* 5/6(1): 75-100.
- RIBEIRO, Eduardo R (2002). Direction in Karajá. In Zarina Estrada Fernández, Zarina; Rosa María Ortiz Ciscomani (eds.). *Memorias del VI encuentro de lingüística en el Noroeste*, pp. 39-58. Hermosillo: Editora UniSon.
- RIBEIRO, Eduardo R. (2004). Prefixos relacionais em Jê e Karajá: um estudo histórico-comparativo. *LIAMES* 4: 91-101.
- RIBEIRO, Eduardo R. (2005). Análise morfológica de um texto Karajá. In Aryon Dall’Igna Rodrigues; Ana Suelly Cabral (orgs.). *Novos estudos sobre línguas Indígenas*, pp. 99-128. Brasília: Editora da UnB.
- ROCHA, Ivan (2011). *A estrutura argumental da língua Karitiana*: Desafios Descritivos e Teóricos. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (1999). *A originalidade das línguas indígenas brasileiras*. [conferência realizada na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília em 08 de julho de 1999]. Brasília, DF: Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling13.htm> Acesso em: 18.07.2014.

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (2000). Panorama das línguas indígenas da Amazônia. In F. Queixalós; O. Renault-Lescure (orgs.). *As Línguas Amazônicas Hoje*, pp.15- 28 São Paulo: Instituto Socioambiental, Institut de recherche pour le développement, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SANCHEZ-MENDES, Luciana (2009). *A quantificação adverbial em Karitiana*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SPEAS, Margareth; PARSON YAZZIE, Evangeline (1996). Quantifiers and the position of noun phrases in Navajo. In Eloise Jelinek; Sally Midgette; Keren Rice; Leslie Saxon (eds.). *Athapaskan language studies: Essays in honor of Robert W. Young*, pp. 35-80. Albuquerque: University of New Mexico.
- STORTO, Luciana (1999). *Aspects of Karitiana Grammar*. Ph.D. dissertation Cambridge, MA.: Massachusetts Institute of Technology.
- STORTO, Luciana (2005). Caso e concordância nas línguas tupi. *Estudos Linguísticos* 34: 59-72.
- STORTO, Luciana (2010). Copular constructions in Karitiana: a case against case movement. In Suzi Lima (ed.). *University of Massachusetts Occasional Papers 41: Proceedings of SULA 5: Semantics of under-represented languages in the Americas*, pp. 205-226. Amherst: GLSA/The University of Massachusetts.
- STORTO, Luciana; VANDER VELDEN, Felipe (2005). Karitiana. In *Povos Indígenas do Brasil*. Disponível em: http://www.socioambiental.org/pib/epi/karitiana/karitiana_shtm Acesso em: 01/02/2009.
- VAN VALIN Jr., Robert D. (2006). Semantic macroroles and language processing. In Ina Bornkessel et al. (eds.). *Semantic role universals and argument linking: Theoretical, typological and psycholinguistic perspectives*, pp. 263-301. Berlin: Mouton de Gruyter.
- VIANA, Adriana M. S. (1995). *A expressão do atributo na língua Karajá*. Dissertação de mestrado em linguística. Brasília, DF.: Universidade de Brasília.
- VIANA, Adriana M. S. (2000). Reflexões sobre a categorização do atributo em Karajá. *Universa* 8(3): 609-620.
- VIANA, Adriana M. S. (2002). Predicação nominal em Karajá. In Ludoviko dos Santos; PONTES, Ismael (orgs.). *Línguas Jê: Estudos vários*, pp. 57-75. Londrina: Editora UEL.
- VIEIRA, Marcia Damaso (1995). The expression of quantificational notions in Asurini do Trocará: Evidence against the universality of determiner quantification. In Emmon Bach et al. (eds). *Quantification in natural languages. Studies in Linguistics and Philosophy*, vol. 54: 701-720. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher
- VON FINTEL, Kai; MATTHEWSON, Lisa (2008). Universals in semantics. *The Linguistic Review* 25: 139-201. doi: 10.1515/TLIR.2008.004

Recebido: 1/1/2014

Versão revista e corrigida(1): 30/8/2014

Versão revista e corrigida(2): 7/1/2015

Aceito: 28/1/2015